

Economia Política e Catástrofe Ambiental

SILVA, Mateus de Oliveira Martins da¹

MACHADO, Leonardo Emídio²

Resumo:

Neste artigo busca-se identificar, utilizando-se do método hipotético-dedutivo, em uma revisão bibliográfica, as correlações estruturantes entre o sistema capitalista, a degradação ambiental e a tendência à pauperização da vida humana na contemporaneidade. É fato notório a existência de que os grandes desastres ambientais de origem humana foram todos causados a partir da revolução industrial. Apesar disto é comum a percepção de que tratam-se de infelicidades, que são o custo para a melhoria geral da qualidade de vida humana, e que é possível a transição para um capitalismo verde, ambientalmente sustentável. Busca-se dar maior contorno à formação histórica capitalista e sua consubstanciação com o colapso climático antropogênico em curso, como aponta a literatura elencada. A pergunta que nos move aqui é se existe de fato a possibilidade de um sistema capitalista ambientalmente sustentável e se a sua reprodução é de fato o custo necessário para a melhoria da vida humana.

Palavras-Chave: Ecologia; Capitalismo; Falha Metabólica; Crise ambiental; Modo de Vida Imperial.

1. Introdução

O capitalismo, desde sua gênese, foi responsável pela instauração de uma economia política, definindo os sistemas de consumo e produção de valores, sobrepondo-os adiferentes modos de vida, em prol da geração do lucro e a acumulação de capitais. O sistema capitalista, em seu impulso de autoexpansão ad infinitum, destrói e reorienta populações e recursos naturais comuns em novas formas, privadas, comodificadas, de modo a permitir a geração de novos mananciais para a alimentação dos fluxos de valorização capitalista. Neste processo de geração de valores em grande escala, a vasta maioria das populações não apenas teve seu esforço totalmente alienado, como também se submete a formas de vida cada vez mais frustrantes. Enquanto elites burguesas

¹ Discente e bolsista CAPES, do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU), Uberlândia, Minas Gerais, e-mail: mateusrint@ufu.br

² Graduado em Relações Internacionais pelo IERI/UFU em Uberlândia-MG, e-mail: leo-chess@hotmail.com

concentram capitais e propriedade da terra, os limites metabólicos planetários são sucessivamente agredidos, sendo as grandes massas de trabalhadores as vítimas mais afetadas pelas consequências.

Sendo as empresas capitalistas são orientadas exclusivamente para o lucro, mesmo as ações aparentemente mais óbvias, como a redução do desmatamento e adesão à substituição parcial de processos industriais por formas “verdes” — as quais, em grande medida, de qualquer forma ainda não são suficientes para estancar a sangria imposta ao planeta pelo metabolismo socioeconômico capitalista — são muitas vezes abandonadas, em prol de menores “gastos” que significam lucros mais amplos. Apesar do reconhecimento por parte de seus principais promotores que o sistema capitalista está perigosamente pondo em risco grande parte da vida humana (e da vida num geral), como demonstram discursos e estudos produzidos pela própria inteligência capitalista — como é o caso dos debates sobre hipotéticos green deals ou os alarmes recentes do IPCC—, Estados e empresas pouco foram capazes de responder a tais problemas, mais que simples desinteresse, deve-se deduzir aqui a incapacidade dos mesmos para tal.

Se apresenta então a característica marcante do sistema contemporâneo: não sua cegueira para os problemas descritos, mas sua cínica compreensão dos mesmos, que apenas se incorpora ao “cálculo racional” competitivo internacional e intercapitalista interessado unicamente na manutenção da exploração capitalista imperialista. O modo de vida que surge desse sistema, sua grande fonte de propaganda, se traduz como um modo de vida inerentemente sustentado por um sistema de exploração da esmagadora maioria da vida humana (e terrestre) e de todos os finitos recursos naturais possíveis no planeta. Ainda assim, chega-se cada vez mais à constatação de que, justamente por não ter nenhuma consideração pela melhora (mesmo relativa) da condição humana, cada vez mais há tendencialmente a piora da vida humana mesmo nos centros “idílicos” tradicionais do capitalismo.

As massas trabalhadoras se vêem portanto entre a cruz de um apocalipse ambiental e a espada da repressão econômica e política por parte de empresas e Estados. Somente uma crítica que seja capaz de unificar o processo de destruição ambiental com o modo de produção e consumo capitalista é capaz de compreender as implicações estruturais destes últimos e, a partir de então, propor alternativas estruturais.

2. Metabolismo social e falha metabólica

É comum no imaginário capitalista a elevação da época em que se vive ao nível de padrão para a compreensão de toda a existência humana — isto é, a elevação do capitalismo à categoria “natural”. A partir deste ponto, o capitalismo deixa de ser um sistema socioeconômico e político

específico de uma época e de relações sociais específicas e torna-se em maior ou menor grau a definição da existência humana. Períodos anteriores com relações diferentes são compreendidos assim num geral algo como capitalismo turvos por superstições e ignorância por parte de humanos ainda não atentos aos “reais” determinantes de sua existência: o mercado e a propriedade privada.

Marx retrata de maneira bastante irônica esta forma de pensamento no capítulo sobre a acumulação primitiva, em sua obra máxima. Basicamente, a economia política capitalista tem sobre sua origem um mito fundador praticamente escatológico, no sentido em que confere a explicação e validação para o estado atual das relações sociais e seu futuro: num geral, a sociedade pré-capitalista se organizava em dois grupos, o primeiro se tratava de um grupo pequeno de pessoas laboriosas e extremamente parcimoniosas, que estariam acumulando os frutos de seu trabalho ao longo de gerações, o que em algum momento supostamente resultaria numa riqueza material considerável; já o segundo grupo, que poderia ser identificado como os antepassados de 99% da população mundial, seriam uma “súcia de vadios” (expressão de Marx), que se regozizaram em gastar imediatamente tudo aquilo que produziram, por gerações, para ao fim estarem na mesma situação em que surgiram na terra: sem nada. A partir daí a economia política capitalista já é capaz de explicar e legitimar a divisão em classes de todo o globo em detrimento da vasta maioria das populações (Marx, 2020. p.785-786).

É importante fazer tal caracterização pois reside na objetificação e alienação dos homens e da natureza a pedra angular que nos possibilita compreender a correlação entre a economia política capitalista e sua exploração violenta tanto das populações humanas quanto dos recursos naturais. Com base em estudos não apenas de história, mas também de biologia, Marx cunha o conceito de “metabolismo social”. De acordo com Marx, é através do trabalho que o homem “por suas próprias ações, media, regula e controla o metabolismo entre ele e a natureza” (Marx, 1981. apud Foster, 2015. p.83-84).

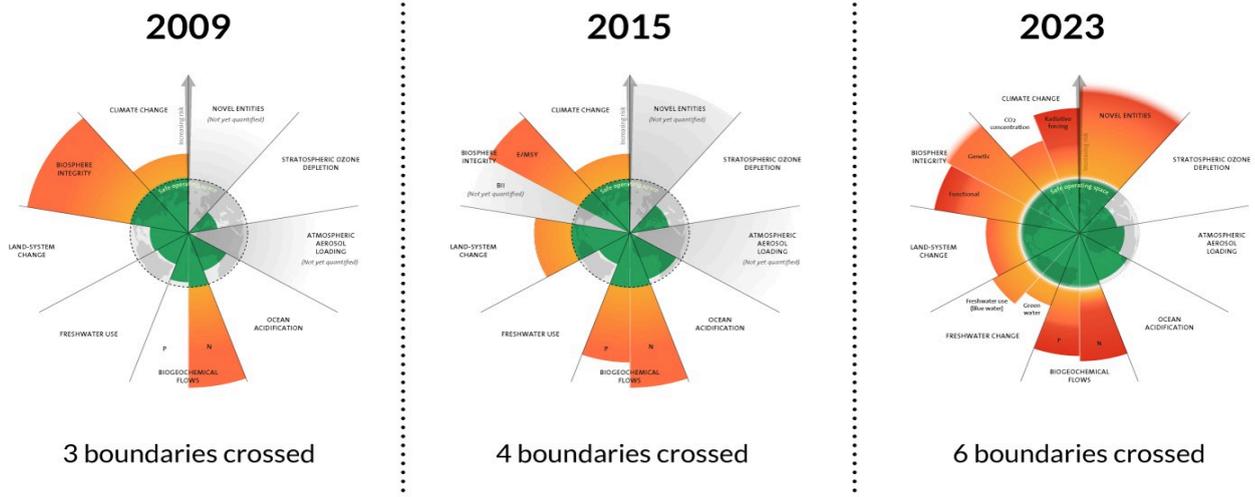
A produção humana ocorre então dentro de um metabolismo entre os homens e a própria natureza. Neste sentido, a produção ampliada, desregada, da indústria capitalista é compreendida como um sistema de roubo (*raubbau*) que causa dano irreparável nos ecossistemas, crítica já existente mesmo no século XIX, onde impactos ambientais significativos já eram aferíveis na Europa e Américas. O conceito de “metabolismo social” e mesmo de “falha metabólica” são, neste sentido, úteis para compreender a conexão entre uma crítica ao sistema de reprodução ampliada do capital e uma crítica aos vários problemas ambientais contemporâneos. Pode-se compreender assim o metabolismo social como a forma em que os recursos naturais são processados, utilizados e devolvidos pelas sociedades humanas ao ecossistema global. De forma mais objetiva, pode-se indicar estes recursos através dos apontamentos de Rockström a respeito dos limites planetários: a mudança climática, a acidificação oceânica, a degradação da camada de ozônio estratosférica, os

ciclos de Nitrogênio e Fósforo, o uso de água doce, a mudança no uso e ocupação do solo, a taxa da perda de biodiversidade, as emissões de aerossóis e a contaminação química (Rockström, 2009. apud Costa, 2014. p.4-5).

Neste cenário, a falha metabólica significa nada mais que o desrespeito da capacidade planetária de absorção dos impactos humanos para que o planeta não tenha desequilíbrios postos em marcha e ainda por cima potencializados; dentre os limites elencados, alguns são mais facilmente quantificados e demonstram índices péssimos: a concentração de CO₂ (com 400 partes por milhão das recomendadas 350 ppm de média anual) na atmosfera, o ciclo de nitrogênio (sua remoção da atmosfera não deveria ultrapassar os 35 milhões e beira os 121 milhões de toneladas) e a taxa de extinção de espécies (10 vezes maior que o suportado pelo ecossistema global e até quase 1000 vezes acima do ritmo do período pré-industrial). Foster aponta que na definição de Marx, o socialismo seria (definido de uma maneira primária) “uma sociedade onde produtores associados governem o metabolismo social humano com a natureza de uma forma racional... conseguindo com isso o menor gasto de energia” — para que haja verdadeira sustentabilidade, é necessário assim que hajam “ciclos metabólicos fechados entre a humanidade e a natureza”. Numa fenda metabólica, tal qual presencia-se atualmente, todo o ecossistema global entra em perigo e com ele a espécie humana. É preciso a partir daqui compreender a raiz da expansão capitalista, que origina tamanho risco (Foster, 2012. 90-91; Costa, 2014. p.5-6).

É interessante notar que a extrapolação desses limites tem efeitos incertos, o Sistema Terra é interdependente e complexo por isso é difícil entender o que a extrapolação de um limite pode fazer com a estabilidade de outro. Portanto, a demora em solucionar um aspecto pode ir trazendo danos em cadeia a outros aspectos em poucos anos. Houveram atualizações dessa questão dos limites planetários nos últimos anos, o que antes eram 3 limites extrapolados passaram para 4 em uma atualização em 2015 e para 6 em 2023 (Richardson, 2023).

Figura 1 - Limites Planetários ao Longo do Tempo



Fonte: Stockholm Resilience Centre, baseado na análise de Richardson et al 2023

Essa extrapolação dos Limites Planetários causa uma confusão para algumas pessoas, pois muitos usam o argumento de que não conseguem perceber no dia-a-dia essas mudanças no planeta. Contudo, é importante notar que o feedback planetário é lento e complexo por isso proporciona para a humanidade um paradoxo desafiador, pois essa lentidão é o que permite ao planeta permanecer em um estado propício ao desenvolvimento humano ao mesmo tempo que nos faz ter uma falsa sensação de segurança que leva muitas vezes a algum tipo de negacionismo científico (Rockström, 2009, p.28). Essa questão é o que muitas vezes causa um desinteresse para combater toda a crise ecológica de forma eficaz e com a radicalidade necessária. Dessa forma, abre margem para as retóricas que ainda não desafiam os sistemas estruturais capitalistas como o capitalismo verde.

É importante notar que até mesmo soluções do capitalismo para esse problema da fenda metabólica planetária se baseiam na exploração da natureza e de pessoas em outros lugares. Os famosos “sumidouros” de CO² são áreas que empresas e Estados preservam para diminuir o impacto que a produção de CO² que estes geram. Ainda que seja controversa a eficácia dessas áreas, elas são importantes para baterem metas de acordos ecológicos, como o Protocolo de Kyoto.

Ainda assim, é necessário entender que essas áreas estão sempre em “outro lugar”, ou seja, os Estados e empresas dos centros capitalistas preservam essas áreas fora de seu território para explorar a natureza e população da periferia. Portanto, até mesmo as tentativas de se tornar o capitalismo mais verde é intimamente conectado com o caráter imperialista e exploratório do sistema.

3. A acumulação capitalista

A reprodução dentro do sistema capitalista ocorre de maneira bastante distinta de modelos anteriores de produção e distribuição de riqueza. Ao passo em que as trocas não são uma invenção do capitalismo, sua função (e a de toda a sociedade) para a reprodução ampliada da riqueza é a regra basilar do capitalismo.

Num geral, as trocas de mercadorias ocorrem seguindo o esquema simples M-D-M (mercadoria substituída por dinheiro — seu equivalente geral — substituída por outra mercadoria final). As mercadorias são definidas a primeira vista por seus valores de uso, e seus possíveis compradores as vêem como tal: por exemplo, roupas são vistas pela sua capacidade de adornar e proteger o corpo de quem as usa, alimentos são vistos pela sua capacidade de nutrir e também pelo prazer que geram ao serem consumidos, e assim por diante. Inicialmente, para que um indivíduo X, que tenha trabalhado fazendo roupas, seja capaz de adquirir alimento, será necessário para ele encontrar um vendedor Y de alimento, que enxergue necessidade nas suas roupas. A lentidão desse processo ao longo do tempo levou a necessidade de elevar alguns produtos como equivalentes gerais (moedas de troca) entre todos os outros, destes produtos evoluíram o dinheiro, signo abstrato de toda a riqueza.

Enquanto a grande maioria dos indivíduos tenham seguido a lógica de reprodução simples de sua riqueza — isto é, a troca de valores de uso por outros para sua subsistência —, no sistema capitalista surge uma segunda lógica de produção e troca pautada já na supremacia do dinheiro. Aqueles possuidores de poder econômico e político são capazes de impor uma lógica inversa que possibilite que seus investimentos retornem a eles de forma incrementada: dinheiro - mercadoria - dinheiro'. Esta relação de produção de valores de uso que resultam num aumento dos valores de troca se convencionou chamar de lógica do capital. Para o capitalista, o processo de produção não se direciona para o atendimento de necessidades, mas para a geração de lucro, dinheiro ampliado. Deste sistema de produção a nível global têm-se necessariamente como resultado obtido uma quantidade enorme de riqueza produzida sem objetivo específico para além da produção de mais riqueza, ao mesmo passo em que grande parcela da população sequer tem a possibilidade de usufruir de grande parte dos bens produzidos no processo (Foster; Magdoff, 2011. p.37-40).

Remetendo ao conceito de socialismo e sustentabilidade elencados anteriormente, torna-se mais palpável a limitação do sistema capitalista para se adequar a uma forma de reprodução sustentável. Primeiramente, pois seria peremptoriamente necessário a interrupção da reprodução ampliada do capital, no que tange todos os setores produtivos, o que é impossível do ponto de vista da indústria capitalista.

Magdoff e Foster apontam como contradições insolúveis do capitalismo, do ponto de vista ambiental, primeiramente, a força motriz do capitalismo é a busca infinita de lucro e acumulação, em segundo lugar, devido à competição, as empresas devem continuamente tentar aumentar vendas

e ampliar poder de mercado. Estes fatores indicam que há uma incapacidade de coordenação racional de recursos pela própria natureza do sistema de mercado: mesmo em setores monopolistas, as economias capitalistas devem continuar expandindo o consumo de matérias primas e de força de trabalho humana para que haja uma continuidade de seus lucros. Só de passagem, daí se percebe também a tendência sempre constante no capitalismo contemporâneo de fomento ao consumo esbanjado de valores de uso cada vez mais abstratos (Foster; Magdoff, 2011. p.40-43).

Estabelece-se assim uma máquina de grande capacidade exploratória sobre o planeta, pouquíssimo regulada e causadora de grande desperdício econômico. Para que esse sistema de fato ocorra, é e fora necessário repetidamente que territórios e populações fossem “ressignificados” do ponto de vista do capital, como é o caso da “tragédia dos comuns”: bens de ordem pública, como rios, florestas, campos, montanhas (e por consequente, seus habitantes) são privatizados e inseridos numa lógica de exploração capitalista interessada na extração do máximo de riqueza possível independentemente do prejuízo que possa ser provocado na natureza e populações em gerações futuras (Foster; Magdoff, 2011. p.70).

A partir daqui se destaca ainda mais uma característica inerente a este sistema, que é a da piora da qualidade de vida do indivíduo humano, sentida num geral com mais força onde o capitalismo tende a extrair as maiores taxas de lucro, nos países periféricos. Aonde quer se abram os caminhos para novos fluxos de capital, as populações necessariamente sofrem uma ruptura direta de suas relações de produção tradicionais e de seu uso da terra. Apenas a partir de um momento em que o uso da terra é tornado privado e a força de trabalho é completamente separada de seu “corpo inorgânico” (a própria terra e todos os seus recursos), que é possível que as relações de troca capitalistas, sendo a mais importante delas a troca de força de trabalho por salário, podem ser instaladas:

A noção de Marx da alienação da natureza, que ele via como emanando da vida prática humana, não era mais abstrata no seu fulcro do que a noção de alienação do trabalho. (...) A alienação do trabalho era um reflexo do fato de que o trabalho havia sido virtualmente reduzido ao status de uma commodity, governada pelas leis da oferta e da procura. Esta proletarianização do trabalho, todavia, era dependente (...) da transformação da relação humana com a terra (Foster, 2005. p.108).

Os trabalhadores são, como aponta Kohei Saito, tornados livres “em duplo sentido”: no domínio pessoal (em comparação com regimes de servidão) e mais importantemente “livres” de suas condições de produção e reprodução — ou seja, têm a condição praticamente pior que a de servos feudais, que ainda mantinham pelo menos certo controle sobre seus meios de existência e trabalho. De acordo com Saito, Marx não abre mão de uma visão de unidade entre a vida humana e a natureza, para que ocorra assim uma negação a nível superior da separação capitalista entre humano e natureza, a “unidade original só pode ser restabelecida sobre o fundamento material que o

capital cria e por meio das revoluções pelas quais (...) passam a classe trabalhadora e toda a sociedade”(Saito, 2021. p.70).

Esta mesma piora da vida humana é fundamentada também na necessidade de instauração de exércitos de reserva na contemporaneidade. Mesmo que os salários sejam praticamente de miséria, os trabalhadores (principalmente nos países periféricos, mas já também nos próprios centros do capitalismo contemporâneo) sujeitam-se a condições ignominiosas para manter-se longe do risco de desemprego. Apesar da enorme produtividade que as indústrias são capazes de movimentar atualmente, os custos de reprodução da vida material da classe trabalhadora via de regra não diminuem e tornam mais dependentes ainda os trabalhadores de seus mestres, de uma forma indireta, econômica, e portanto não tão facilmente perceptível:

“O capital é simplesmente indiferente, mesmo que esses trabalhadores estejam morrendo, contanto que “a raça dos trabalhadores” não desapareça. (...) não há diferença entre os salários dos trabalhadores e o óleo para as engrenagens. De acordo com as novas relações sociais, os capitalistas agem em interesse próprio e com avareza. Contudo, isso não é uma mera corrupção moral, mas um resultado da submissão à nova racionalidade da competição por mais lucro”(Saito, 2021. p.60).

Deve-se retornar aqui novamente à questão de que não se trata, então, que a atuação geral assumida pelo sistema do capital seja fruto de qualquer “desmesura” por parte de seus principais atores, sejam estes as empresas ou mesmo países. Fosse este o caso, poderia se aceitar a possibilidade de uma correção dos “excessos” do capitalismo — tanto sobre a força de trabalho, quanto sobre os recursos naturais —, que não identifica-se aqui como hipótese merecedora de muita fé por parte de qualquer indivíduo preocupado com essas questões.

Não surpreende, então, que apesar de relatórios extremamente preocupantes a respeito dos impactos ambientais a nível global, como os do IPCC, são comentados com tamanha parcimônia por parte de governos, sociedades civis e empresas: a lógica de acumulação capitalista, que rege num geral a integralidade das relações humanas, não pode absorver completamente uma crítica ambiental séria — pois isto colocaria a própria perpetuação do sistema capitalista imediatamente em xeque. Aposta-se então com a possibilidade de comprar um pouco mais de tempo através da fé depositada principalmente nas capacidades técnico-científicas articuladas por governos e grandes empresas para remediar alguns sintomas dos inúmeros problemas ambientais causados pela degradação em larga escala contínua da natureza:

É preciso parar de “crescer” (no sentido da quantidade de bens materiais sendo produzidos e da demanda de matéria e energia envolvida) e desacelerar a locomotiva troloucada do capital, arrancando a riqueza diretamente do punhado de bilionários que a controla (Costa,2014.p.10).

Como arremete Kohei Saito, a abolição das relações de produção e do sistema de propriedade privada atuais precisam ser alterados e ordenados “não em vista de lucros de curto prazo, mas para as gerações futuras”. Tal ato é particularmente impensável por parte da agroindústria ou de qualquer setor em geral, pois restringir-se de explorar recursos naturais não gera lucro algum. Considerando um cenário no qual os próprios meios de produção são utilizados também para empobrecer a vida dos trabalhadores, para incitá-los ainda mais ao consumo ou controlá-los, o desenvolvimento verde, com objetivo na qualidade de vida de gerações por vir, não parece ter respaldo na realidade das gerações atuais (Saito, 2021. p.215-217).

Uma outra face desta mesma condição de miséria imposta a uma maioria absoluta das populações humanas é o que se conceitua como “Modo de Vida Imperial” — é assim nomeada para denominar o modo de vida em que os países do Norte global vivem, e com um considerável aumento dos países do Sul. Um modo de vida baseado em produção e consumo desenfreado “sem jamais lhes atravessar o limiar da percepção ou se tornar objeto de reflexão crítica”. Sendo assim, há uma espécie de ocultamento sobre os danos ambientais exportando-os para outros territórios. (Brand; Wissen, 2021, p. 46).

Esse ocultamento da destruição e da exploração, humana e ambiental, é importante para se compreender como é naturalizado para a população os problemas que esse modo de vida está causando. Ao mesmo tempo em que canalizando os desejos das populações de forma a sempre procurarem modos de vida cada vez mais consumistas. O modo de vida dos centros do capitalismo é, na prática, a face do consumo e realização dos lucros (agro)industriais, sistemicamente insustentáveis e incontroláveis, como exposto acima.

Um dos objetivos dos autores com esse conceito é o de mostrar como vários dos conflitos contemporâneos são frutos das contradições intrínsecas desse modo de vida, sendo assim problemas, como a questão ecológica, acabam se agravando para manter e expandir esse padrão de acumulação e consumo, degradingando o metabolismo social e ecológico para uma autodestruição. Os autores apontam que “... Por sua própria natureza, ele implica o acesso desproporcional aos recursos naturais e humanos numa escala global - ou seja, em algum “outro lugar”. (Brand; Wissen, 2021, p.47).

Dessa forma, é sempre necessário um “outro lugar” (uma periferia) e “outras pessoas” (populações periféricas) para que se continue escondendo a exploração e destruição da natureza, de forma que esses “outrem” sejam levados a negar parte de sua riqueza de direito para manter o modo de vida imperial (Brand; Wissen 2021, p. 47). Portanto, fica claro como esse modo de vida não é para todos no planeta, sendo assim se cria uma disputa pela exploração de outros lugares para se alcançar esse Modo de Vida Imperial:

“É nessa exata situação que nos encontramos hoje. À medida que países emergentes como China, Índia e Brasil se desenvolvem como economia capitalistas, suas classes médias e altas adotam as práticas e representações da “boa vida” típica do Norte global, aumentando também sua demanda por recursos e a necessidade de se externalizarem custos, como as emissões de CO2. Consequentemente, eles se tornam concorrentes do Norte global, não apenas no âmbito econômico, mas também no ecológico. O resultado são as tensões ecoimperiais que se cristalizam nas políticas climáticas e energéticas ao redor do mundo, por exemplo.” (Brand; Wissen, 2021, p.47).

Essas questões estão intimamente ligadas à crise ecológica, pois cada vez mais é necessário recursos naturais para serem explorados e cada vez mais existem menos recursos naturais. Além disso, as consequências ambientais como aumento de temperatura e desastres naturais dificultam mais ainda as condições de existência dessas “outras pessoas” nesses “outros lugares” que cada vez mais são explorados. Outra questão é que o próprio poder de atração desses centros capitalistas exercem, através do seu modo de vida, de forma a atrair cada vez mais imigrantes à procura dessa boa vida.

“Além disso, um número cada vez menor de pessoas no Sul global estará preparado para arriscar sua existência em nome do modo de vida imperial do Norte. O fluxo atual de refugiados e imigrantes também deve ser visto sob essa ótica. Tal fenômeno evidencia, inclusive, o poder de atração que o modo de vida imperial exerce sobre aqueles que, até então, não haviam tido a chance de fazer parte dele: os refugiados buscam segurança e uma vida melhor, o que é muito mais fácil de se alcançar no modo de vida dos grandes centros do capitalismo do que em qualquer outro lugar.” (Brand; Wissen, P.47).

A consequência de tudo isso é cada vez mais imigrações desses lugares para os países que adotam Modo de Vida Imperial a procura de uma vida melhor ou o mínimo para sobreviver. Porém, o que se vê cada vez mais é o aumento de dificuldades para as pessoas que estão fugindo de suas nações para entrar nas que se aproveitam do Modo de Vida Imperial. Essas barreiras surgem através da violência que sofrem nesses países por conta da xenofobia ou até de leis que barram e põem limites para entradas de estrangeiros.

Portanto, é cada vez mais perceptível que a questão ecológica é, também, uma questão de segurança, pois cada vez mais países estão aderindo e explorando outros lugares para manter este Modo de Vida e necessitando de um “outro lugar” para que seja explorado, sendo isso motivo para disputas de território e recursos tanto naturais, quanto humanos. Neste momento, a insustentabilidade sistêmica dá mais uma volta sobre si mesma; isto é, a acumulação e consumo capitalistas imperiais assumem cada vez mais os contornos de um retorno às lógicas de dominação geopolítica imperiais tradicionais. Enquanto o padrão de vida das principais potências capitalistas se

sustentam em periferias cada vez mais exploradas — por novos participantes no rol dos “países desenvolvidos” — a concorrência e logo dominação monopolista necessariamente apontam para dominação imperial militarizada em novas proporções.

4. Catástrofe ambiental e capitalismo contemporâneo

Chega-se assim à questão a respeito sobre se o capitalismo poderia ser tornado um sistema ambientalmente sustentável e se sua perpetuação, mesmo que com efeitos negativos, seria algum tipo de “mal necessário” à perpetuação e melhoria da vida humana no planeta. A perspectiva que assumimos aqui em grande medida é compartilhada com a de Pablo González Casanova em seu texto “*La toma de decisiones y la imposibilidad de la supervivencia de la Humanidad en el capitalismo*”. De acordo com o autor, o modo de dominação e acumulação capitalista conduzem a uma situação em que se torna impossível a sobrevivência humana (Casanova, 2019, p.21).

A questão chave aqui é que por um lado há a predominância dos interesses autocentrados de busca por lucro e riqueza imediatos, de um padrão de consumo — em resumo um modo de vida imperial — resguardando o interesse de poucos, se opõem aos interesses da maioria absoluta da população humana global; neste período histórico, a emancipação humana converge com a própria sobrevivência da espécie e do planeta (Casanova, 2019, p.23).

Esta questão se torna ainda mais perceptível quando se faz a caracterização objetiva dos interesses que dão eixo à acumulação de capitais globais, tanto do ponto de vista econômico quanto político. Como exemplo, o setor automobilístico e petrolífero americanos, grandes apoiadores do projeto político do governo Trump, agiram direta e indiretamente com fim a impedir e travar não apenas qualquer avanço político a respeito de um “esverdeamento” da economia (mesmo contido), mas também controlar e punir qualquer agência ou grupo de pesquisa científica sobre meio ambiente, principalmente aqueles vinculados a recursos públicos. Significativa é a informação de que desde 1970 as corporações petrolíferas têm, devido aos estudos de seus próprios corpos técnicos e científicos, informações suficientes a respeito dos impactos negativos ambientais da prospecção e uso de combustíveis fósseis que se sintetizam na mudança climática (Saxe, 2019, p.64-65).

Em continuidade com isto, Roberto Caúzor aponta a consubstancialidade entre a produção energética do setor fóssil americano e seu complexo industrial-militar. De fato a indústria americana em esmagadora maioria consome apenas a energia gerada por combustíveis fósseis — em média pouco mais de 90% em contraste com em torno de 9% de energias limpas. Também o setor de transportes americano consome em torno de 97% de sua energia proveniente de combustíveis

fósseis, e a esmagadora maioria destes são provenientes do petróleo. Isto se expressa também num mercado petrolífero responsável pela geração de mais de 11 bilhões de barris de petróleo em 2013 e 1,08 trilhão de dólares em receitas no mesmo ano — numa série histórica de 2000 a 2014 se pode observar a ausência até de vestígios de interesse numa transição ambientalmente mais segura por parte dos capitais e governo americanos (Cauzor, 2019, p.292-294).

A consubstanciação do setor de combustíveis fósseis com o complexo industrial-militar se evidencia ainda mais quando se considera:

Según el reporte del coronel Lengyel, en 2006 el consumo mundial de petróleo se estimó en 82.5 mbd de los cuales eua utilizó 20.7 millones, es decir, 25% del consumo mundial. De los 20.7 mbd de petróleo estadounidense el gobierno de ese país utilizó solo 7%, mientras que el 93% restante fue empleado por el dd,16 por tanto, 23.32%17 de la producción mundial de petróleo fue consumida por el aparato militar estadounidense (Cauzor, 2019, p298).

A partir destes dados pode-se observar a necessária confluência que um projeto de expansão e dominação belicista americano possui com um projeto de lucros dos setores fósseis — que significam não apenas o manutenção dos EUA como um país militarmente hegemônico no globo, mas também a sustentação de parte enorme de sua economia, mesmo que essa esteja voltada justamente para a guerra. Nesse sentido o argumento de que a emancipação humana conflui com a sobrevivência da humanidade não toma contornos apenas ambientais, mas políticos claros. O desmantelamento do setor fóssil americano significa o desmantelamento do imperialismo americano. Como Saxe coloca, o imperialismo americano nem minimamente acredita em sua retórica (do setor fóssil e de seus políticos-representantes) de negacionismo climático, mas justamente está *“preparándose desde ya para los grandes disturbios de las crecientes contingencias climáticas de dentro y fuera de eua que (...) se cierne sobre los intereses capitalistas de eua y sus socios”* (Saxe, 2019, p.67).

Este cenário adiciona um novo nível na espiral de crescentes possibilidades autodestrutivas engendradas sob a lógica do sistema capitalista. Não se trata simplesmente de um sistema cego de uma perspectiva longoprazista, mas que planeja, de forma consciente sobre seus limites, um longo prazo traumático para a humanidade. Trata-se de um sistema cujos principais eixos de acumulação, manifestos em diversos lobbies e grupos de interesse, são absolutamente conscientes de sua natureza predatória sobre os recursos naturais e imperialistas sobre o restante da humanidade, mesmo num cenário de possibilidade de destruição universal da humanidade direta ou indiretamente por suas ações. Os custos, humanos e ambientais, impostos à humanidade e ao planeta se expressam

na necessidade de superação imediata do sistema capitalista — pois é impossível superá-los e mantê-lo, como aponta Casanova (2019, p. 32-33).

Os custos de deter a racionalidade das grandes empresas; aplicar de fato medidas de proteção ao meio ambiente; reestruturar toda a agroindústria; acabar com a sociedade de consumo; impor limites significativos à indústria bélica; acabar com a dependência sobre o petróleo (e combustíveis fósseis num geral); de acabar com a fome; aplicar o desarmamento nuclear; detendo totalmente a superexploração do homem e dos recursos naturais, plantas e animais são apenas alguns dos muitos pontos que precisam ser superados sistemicamente — não apenas nacionalmente em um ou outro local, apesar do fato de que nem isto ainda foi passível de ser realizado, tendo em vista as restrições sistêmicas —, já não apenas como uma agenda política utópica mas como, baseado no próprio conhecimento científico de ponta que a humanidade agora se apropria, agenda e estratégia política necessárias para a manutenção sustentável da vida geral do planeta em níveis suportáveis (Casanova, 2019, p.31-33).

5. Conclusão

Como se pode aferir sobre o discutido até então, a perspectiva de uma mera possibilidade de transição do sistema capitalista a um padrão ambientalmente sustentável se torna cada vez mais pálida quando se consideram e nomeiam as implicações sociais, políticas e econômicas requeridas por essa transição. Trata-se de fato de uma necessidade de superação sistêmica que não se baseia já sequer apenas no fim da desigualdade entre homens, e em questões a respeito de um projeto humanista universal, que fora há muito abandonado por seus próprios propositores — mas sim de uma necessidade planetária tendo em vista a manutenção das condições da vida no planeta como ocorreram nos últimos milhões de anos.

As condições de degradação ambiental impostas pelo sistema em realidade não se tratam de um custo necessário para a manutenção de um “nível de vida elevado” aos seres humanos. Não se trata de um jogo de soma zero entre pauperização da vida humana e degradação ambiental. Pois justamente no momento em que as condições ambientais mais se degradam é que se pode constatar que a piora da condição da vida humana em sua esmagadora maioria, mesmo no centro “idílico” do modo de vida imperial se tornam plenamente precarizadas material e socialmente.

O sistema como tal, de fato, não se importa com propiciar especificamente quaisquer padrão humanista de vida social, mas sim um padrão de acumulação de lucros voltado para o enriquecimento do 1% mais rico do planeta, em detrimento dos 99% da humanidade, da vida animal

e vegetal de toda a biosfera, e de todos os finitos recursos naturais que nosso planeta detém desde sua origem.

A manutenção padrão de consumo humano como tal, de fato, não pode se manter, e o modo de vida imperial necessariamente deve dar origem a uma nova forma de relacionamento entre humanos, mas também entre estes e o restante da vida no planeta. O ponto positivo é que todo esse modo de vida supérfluamente sustentado se mantém apenas como paliativo da própria insatisfação que a vida humana provoca nos estágios atuais. Sendo assim, sua superação consciente tende a não provocar saudade ou decepção. O abandono do padrão de vida atual é o abandono de um sistema extremamente desigual que opera em larga medida racionalmente sobre o sofrimento humano. A possibilidade de superação sistêmica então se manifesta na confluência da luta histórica humanista de emancipação humana (em todos seus aspectos) à luta de desmantelamento da destruição planetária sistêmica.

Referências Bibliográficas

BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. **Modo de Vida Imperial**: Sobre a exploração dos seres humanos e da natureza no capitalismo global. São Paulo: Elefante, 2021. 336 p.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. La “toma de decisiones” y la imposibilidad de la supervivencia de la Humanidad en el capitalismo. **Estudios Latinoamericanos**, n. 44, p. 19-39, 2019.

CAUZOR, Roberto Ryder López. La dinámica militar de los recursos energéticos estadounidenses. In: SAXE-FERNÁNDEZ, John (Org.). **Capitalismo fósil, explotación de combustibles no convencionales y geopolítica de la energía**. México: ceich, unam, 2018.

COSTA Alexandre Araujo. **Sobre Crise Ecológica, Violência e Capitalismo no Século XXI**. Rio de Janeiro, 2014. 14 p.

FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia da Economia Política Marxista**. São Paulo: Lutas Sociais n.28, 2012. p.87-104.

_____. **A Ecologia de Marx**: Materialismo e Natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 418 p.

_____. **Marxismo e Ecologia**: fontes comuns de uma Grande Transição. São Paulo: Lutas Sociais, 19(35), 2015. p.81–97.

MAGDOFF, Fred; FOSTER, John Bellamy. **What Every Environmentalist Needs to Know About Capitalism**. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2011. 160 p.

RICHARDSON, Katherine et al. Earth beyond six of nine planetary boundaries. **Science Advances**, v. 9, n. 37, 2023.

ROCKSTRÖM, Johan et al. **Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity**. *Ecology and society*, v. 14, n. 2, 2009.

SAITO, Kohei. *O Ecosocialismo de Karl Marx*. São Paulo: Editora Boitempo, 2021. 351 p.

SAXE-FERNÁNDEZ, John. Capitalismo histórico y contemporáneo (1750-presente): formación social vinculada al colapso climático antropogénico en curso. In: SAXE-FERNÁNDEZ, John (Org.). **Capitalismo fósil, explotación de combustibles no convencionales y geopolítica de la energía**. México: ceiiich, unam, 2018.